

As transformações do Rio pré-olímpico: ecos nas paisagens sonoras da favela da Maré

*The transformations of pre-olympic Rio:
echoes on the soundscapes of Maré's slum*

*Las transformaciones del Río preolímpico:
ecos en los paisajes sonoros de la favela da Maré*

Andrea MEYER MEDRADO
Renata DA SILVA SOUZA

Chasqui. Revista Latinoamericana de Comunicación
N.º 130, diciembre 2015 - marzo 2016 (Sección Monográfico, pp. 71-86)
ISSN 1390-1079 / e-ISSN 1390-924X
Ecuador: CIESPAL
Recibido: 16-10-2015 / Aprobado: 13-04-2016

Resumo

Neste artigo, exploramos as experiências urbanas cotidianas do Rio de Janeiro por meio de um sentido que é, muitas vezes, negligenciado: a audição. Adotando uma abordagem etnográfica, o objetivo é explorar as maneiras em que as transformações pelas quais a cidade vem passando no período que antecede as Olimpíadas ecoam nas paisagens sonoras da favela da Maré. Para investigar esses processos, combinamos perspectivas teóricas provenientes dos estudos do som e cultura auditiva, propondo uma interlocução entre cidades e sentidos. Nossa pesquisa indica que os sons urbanos epitomizam a alegria de viver, riqueza cultural e diversidade das cidades. Por esse motivo, é interessante notar que, na Maré, a arbitrariedade das forças de ocupação militar se manifesta precisamente através da supressão de sons.

Palavras-chave: Olimpíadas; etnografia; audição; estudos do som.

Abstract

In this article, we explore Rio de Janeiro's everyday urban experiences through attending to the sense of hearing. By adopting an ethnographic approach, our aim is to explore the ways in which the transformations that the city has experienced in the period that precedes the Olympic Games echo in the soundscapes of favela da Maré. In order to investigate this, we combine theoretical perspectives from the fields of sound studies and auditory culture, proposing a dialogue between cities and the senses. Our research indicates that urban sounds epitomize the joy of living, cultural richness and diversity of cities. For this reason, we suggest that the military occupation forces' arbitrary actions in Maré manifest precisely through the suppression of sounds.

Keywords: Olympic Games; ethnography; hearing; sound studies.

Resumen

En este artículo exploramos las experiencias urbanas cotidianas de Rio de Janeiro a través de un sentido que es frecuentemente ignorado: la audición. Mediante un enfoque etnográfico, el objetivo es explorar es las maneras en que las transformaciones por las cuales viene pasando la ciudad en el período previo a las Olimpíadas repercuten en los paisajes sonoros de la favela da Maré. Para investigar estos procesos, combinamos perspectivas teóricas provenientes de estudios sobre el sonido y cultura auditiva, proponiendo una interlocución entre ciudades y sentidos. Nuestro estudio indica que los sonidos urbanos sintetizan la alegría de vivir, riqueza cultural y diversidad. Por eso, es interesante observar que, en Maré, la arbitrariedad ejercida por las fuerzas de ocupación militar se manifiesta, precisamente, a través de la supresión de sonidos.

Palabras clave: Olimpíadas; etnografía; audición; estudios del sonido.

1. Introdução: ecos das transformações sociais, culturais e urbanas da cidade olímpica

Em 2013 vivíamos um período marcado pelos preparativos para os megaeventos: o Brasil ganhava destaque na mídia internacional por ser o país sede da Copa do Mundo em 2014 e das Olimpíadas em 2016. Já a cidade do Rio de Janeiro vinha sendo promovida com atributos amplamente difundidos, como o de paraíso exótico para os olhares estrangeiros, porém com a diferença de estar mais segura, pelo menos para as classes sociais altas, graças ao programa de “pacificação” de favelas implantado pelo poder público estadual. Conduzido pela Secretaria Estadual de Segurança Pública do Rio de Janeiro, o programa tem como objetivo a “retomada de territórios antes dominados pelo tráfico” (UPP, Governo do Rio de Janeiro, 2016). Como observa Júlia Valente, a instauração de cada UPP, ou Unidade de Polícia Pacificadora, “é precedida de uma operação de invasão do território por parte de forças conjuntas policiais e militares, com auxílio do BOPE (Batalhão de Operações Policiais Especiais) e, se necessário, da Força Nacional de Segurança Pública, do Exército e da Marinha” (2014, p. 209). Em resumo, o programa de pacificação reflete uma concepção de segurança pública que utiliza uma estratégia de ocupação territorial para manter populações marginalizadas sob seu controle.

Uma dessas áreas marginalizadas é a favela Santa Marta, onde foi implantada a primeira UPP do Rio de Janeiro em 2008. Foi justamente nesta favela, em uma área que estava sendo ameaçada de remoção –o Pico do Santa Marta– que demos início à fase exploratória do trabalho de campo da pesquisa. No alto do morro, na parede externa de uma casa, ao lado de bandeirinhas do Brasil desgastadas, havia faixas com os textos “expulsão branca” e “favela modelo¹ de quê?”. A “expulsão branca” impressa na faixa e no cotidiano do Pico do Santa Marta representa um lembrete silencioso das transformações sociais, culturais e urbanas pelas quais o Rio de Janeiro e outras cidades brasileiras vem passando nos últimos anos. São muitas e significativas estas transformações, que nem sempre trazem impactos positivos para a vida das pessoas que moram em bairros pobres, favelas e periferias. Portanto, nossa pesquisa vem investigando esses processos a partir de uma combinação de perspectivas provenientes dos estudos de cultura auditiva (Bull & Back, 2003), do campo de *sound studies* ou estudos do som (Hilmes, 2005) e estudos que propoem uma interlocução entre cidades e sentidos (Durán, 2008).

O nosso ponto de partida é explorar as maneiras pelas quais tais transformações e intervenções ecoam nos “ambientes sonoros” (Schafer, 1997) em diversas partes da cidade. Para citar apenas um exemplo entre muitos, este processo de expulsão branca se faz ouvir no momento em que bailes *funk* são silenciados em

1 A Santa Marta é frequentemente descrita como “favela modelo” do Rio de Janeiro por ter sido a primeira favela a ter uma UPP instalada.

favelas como a Santa Marta para dar vez a festas de música eletrônica, organizadas por promotores de eventos que desejam atrair um público “elitizado”. Este silenciamento de alguns sons em detrimento do aumento do volume de outros é indicativo de uma política contraditória em que atores dos setores público e privado alegam estar valorizando a arte e o comércio nas favelas, enquanto promovem eventos com preços proibitivos para moradores, contribuindo para excluir culturas oriundas das favelas em seu próprio berço (Carpes, 2013). Outro exemplo é a necessidade de solicitar autorização aos comandantes das UPPs para que moradores possam realizar festas e eventos em favelas “pacificadas”. É interessante notar que o argumento utilizado para justificar muitas dessas intervenções é o de minimizar a poluição sonora. Foi assim também com o muro instalado na Linha Vermelha em 2010. Segundo a prefeitura, em notícias publicadas na época, o objetivo era amenizar o barulho do trânsito para quem vive no Complexo da Maré, às margens da via expressa: “mas desde quando a prefeitura se preocupa em proteger os ouvidos de gente pobre?”, questionaram alguns moradores. Na verdade, a grande maioria deles (73%) acreditava que o propósito talvez fosse menos nobre, ou seja, esconder a favela dos olhos dos visitantes em tempos de preparação da cidade para os megaeventos (Redes de Desenvolvimento da Maré, 2011).

Nesse sentido, um de nossos objetivos é escutar essas transformações atentamente, a partir de uma abordagem guiada pela “etnografia sensorial” (Pink, 2009). Além disso, é importante analisar até que ponto as vozes dos moradores de favelas e periferias vêm sendo ouvidas nesse processo de preparação para os megaeventos e, especialmente, as Olimpíadas. O intuito é contribuir para propagar as vozes de resistência e dissonância, reconhecendo a importância das culturas oral e auditiva no contexto latino-americano.

2. Cidade olímpica: o que os sons da cidade podem nos dizer?

Em disciplinas diversas como urbanismo, sociologia e economia, há uma farta literatura voltada à análise dos legados que os Jogos Olímpicos podem deixar para as cidades que os acolhem. Este conceito de legado vai além dos legados mais óbvios, como o financeiro, incluindo avanços na infraestrutura das cidades, assim também como melhorias de caráter mais intangível como, por exemplo, um possível aumento do sentimento de orgulho pela população. Gavin Poynter (2009) identifica alguns modelos (não mutuamente excludentes) adotados por cidades olímpicas, denominando-os de: a) comercial; b) dinâmico e; c) catalítico. O primeiro modelo tem como foco uma abordagem de negócios que tende a dar maior destaque para a publicidade ou *rebranding* da cidade. Os exemplos mais conhecidos seriam Los Angeles e Atlanta. Já o modelo dinâmico geralmente tem uma preocupação com a formação da opinião pública, apresentando uma cidade aberta para o comércio e investimentos internacionais, Seul e

Pequim são citados como exemplos deste modelo. O modelo catalítico tem como objetivo contribuir para que a cidade renove ou regenere áreas carentes e desvalorizadas. De acordo com Poynter (2009, p. 23), as cidades de Barcelona, Sydney, Atenas e, mais recentemente, Londres, se encaixam neste perfil.

Consequentemente, nossa pesquisa busca identificar os possíveis legados das Olimpíadas no Rio de Janeiro dentro deste contexto, levando em consideração um forte sentimento de ceticismo detectado entre as comunidades mais vulneráveis na cidade. Os modelos de legado das Olimpíadas têm sido frequentemente questionados. Apesar da retórica de “regeneração urbana”, o modelo catalítico, por exemplo, tem sido frequentemente questionado: seria esse modelo apenas um eufemismo para o processo de gentrificação que ocorre em diversas áreas das cidades que abrigam os megaeventos? Até mesmo em Londres, onde foram vistas como um grande sucesso, críticos apontam que as Olimpíadas serviram como oportunidade de especulação imobiliária em um processo de gentrificação que redesenhou o Leste de Londres (*East end*), expulsando as populações locais de trabalhadores urbanos e imigrantes.

O Rio de Janeiro tem sido alvo de processos semelhantes em áreas como a Zona Portuária, que está sendo “regenerada” pelo projeto Porto Maravilha, cujo objetivo é propor novos e mais “nobres” usos e ocupações da região. Com base no exposto, este artigo segue a premissa de que é importante ouvir as vozes dos moradores das áreas marginalizadas e que sofrem intervenções arbitrárias. Portanto, outro de nossos objetivos é justamente documentar esses processos a partir das perspectivas dos estudos do som (*sound studies*) e cultura auditiva. E aqui caberia perguntar: dentre tantos aspectos e questões relevantes, por que prestar atenção nos sons? Para que escutar?

O compositor canadense Raymond Murray Schafer (1997), criador do termo “paisagem sonora” (*soundscape*), nos alerta que, ao ingressar numa era de estímulos predominantemente visuais, a humanidade começou a perder a habilidade de ouvir e, particularmente, escutar os sons do mundo natural. Schafer critica o que percebe como um processo crescente de hierarquia dos sentidos, em que a visão vem em primeiro lugar e a audição é considerada um sentido inferior. Já outros autores como Erlmann chamam a atenção para a necessidade de estarmos sempre atentos às paisagens sonoras que nos cercam. Segundo ele, “é possível obter um conhecimento aprofundado sobre uma determinada cultura se for levado em conta a forma como as pessoas se relacionam entre si e, com o meio ambiente que as cerca, por meio do uso de sons e do sentido da audição” (Erlmann, 2004, p. 3, *tradução livre*). Aqui, há um ponto que nos interessa especialmente devido às transformações sociais e culturais pelas quais a cidade está passando: escutar é fundamentalmente um ato de atenção. É um ato que demonstra uma vontade de se concentrar, compreender e se aproximar do “outro” (Husband, 2009, p. 441, *tradução livre*).

No contexto latino-americano, em especial, a auralidade e a cultura oral possuem papel de destaque. É razoável, portanto, concluir que as dinâmicas

cotidianas de associação (e conflito) podem ser mais bem compreendidas quando situadas dentro de uma profusão de sons, consideradas como parte de um espectro contínuo de “cultura auditiva” (Bull & Back, 2003). Inspirado pelas abordagens culturalistas, o campo interdisciplinar da cultura auditiva começou a se desenvolver na década de 1970, ganhando força nos anos 1990 e 2000, principalmente nos contextos europeu e norte-americano. Dentro dos estudos de mídia e comunicação, este campo contribuiu para que pesquisadores começassem a reconhecer de forma mais explícita que a experiência auditiva é essencial para o uso cotidiano dos meios de comunicação e “produtos” da mídia. Assim como nos estudos do som, o trabalho nesta área também tem sido fortemente impulsionado pela necessidade de questionar uma suposta hierarquia dos sentidos. Outra premissa importante é que não se podem compreender plenamente as políticas de identidade cultural, que são tão importantes para os estudos culturais, sem levar em conta as práticas simbólicas do som e do ruído.

Porém, de forma geral, nos contextos europeu e norte-americano, a maior parte do glossário para termos acústicos revela um sentimento de rejeição aos sons urbanos, industriais e de origem humana. O próprio Schafer (1997), por exemplo, afirma que, no mundo contemporâneo, as pessoas não sabem mais discriminar os sons da natureza dos sons dos ambientes urbanos. Assim, guiados por esta preocupação, alguns autores europeus e norte-americanos passaram a associar o ruído urbano a conotações negativas: o ruído então não passa de um poluente, traduzindo-se em falta de civilização, falta de qualidade e falta de bom gosto.

Partindo de uma perspectiva latino-americana, propomos um engajamento mais crítico com os campos da cultura auditiva e estudos dos sons. Neste sentido, o trabalho de María Angeles Durán (2008), que se volta para as cidades latino-americanas, é bastante útil. A autora acredita que os ruídos urbanos nem sempre devem ser interpretados como poluentes que precisam ser tratados a fim de não contaminar as dinâmicas dos espaços urbanos. Na verdade, afirma Durán, tais ruídos podem assumir o papel de comunicar a diversidade e a riqueza cultural das cidades e das suas comunidades, expressando, de forma significativa, uma alegria de viver.

Por se revelarem mais compatíveis com nossa pesquisa etnográfica, essas observações da autora serão incorporadas às discussões sobre as transformações sonoras da cidade do Rio de Janeiro propostas neste artigo. Ao realizarmos passeios sonoros em diversas áreas e, particularmente, em áreas de favela como a da Maré, uma das primeiras reações foi a de ficarmos impressionadas com a cacofonia de sons, ruídos e música. Durante o trabalho de campo, tivemos longas conversas com os moradores sobre o que significava e quais eram as implicações negativas e positivas de se viver uma “vida barulhenta” na favela, já que as pessoas encontram-se frequentemente cercadas pelos sons dos vizinhos. No trecho que se segue, forneceremos maiores detalhes sobre a abordagem

metodológica adotada, discorrendo sobre os métodos utilizados: observações etnográficas e passeios sonoros.

A partir de agora, vale sublinhar, intensificaremos nossa narrativa em primeira pessoa. Em alguns momentos, esta narrativa será na primeira pessoa do plural – nós – já que estamos escrevendo um texto etnográfico a quatro mãos. Em outros, entretanto, a narrativa será na primeira pessoa, evidenciando a subjetividade de cada uma das autoras e, dando relevo ao caráter reflexivo do método etnográfico. Além disso, em certas passagens, uma das autoras narra experiências com base em relatos etnográficos da outra autora, utilizando a terceira pessoa do singular. Dessa forma, esperamos conseguir atingir uma forma sistemática de introspecção, despertando formas afetivas de recordação e a capacidade de incluir diversos “eus” na narrativa. Como afirma Sparkes (2012), é assim que a etnografia alcança seu potencial de “produzir histórias evocativas”. Essas histórias celebram a “experiência concreta em detalhes íntimos, encorajando sentimentos como compaixão e empatia e abrangendo múltiplas vozes que contribuem para reposicionar leitores e sujeitos de pesquisa como co-participantes em um diálogo” (Sparkes, 2002, p. 210, *tradução livre*).

3. Abordagem metodológica: passeios sonoros pela Maré e etnografia sensorial

Depois de enfrentarmos um engarrafamento intenso na hora do rush, saltamos, finalmente, do táxi, que nos havia conduzido pela Avenida Brasil até a Maré. Estávamos na passarela 9, na entrada da Teixeira Ribeiro, principal rua que corta a favela. Imediatamente, fomos arrebatadas por uma verdadeira “salada sonora”. Cada som era como um ingrediente, mas estavam tão misturados que ficava difícil determinar aonde exatamente um som terminava e o outro se iniciava. Nos alto-falantes, próximos à passarela, ouvimos a música *Losing my Religion*, da banda REM, mesclada com um forró, um funk e uma canção de MPB. Ao adentrarmos a rua, os trechos destas músicas foram se esvaindo, sendo substituídos por trechos de outras canções, de gêneros igualmente ecléticos, vindos de alto-falantes situados em postes, carros e caixas de som nas frentes dos bares e restaurantes. A esta mistura, também se somavam o som e a vibração atordoantes das motos que circulavam a toda velocidade. Os gritos de vendedores ambulantes, alguns com megafones, acrescentavam mais uma camada a essa cacofonia. Além dos gritos, ouvíamos choros de crianças, falas e risos. Estávamos no coração da Maré, cujo ritmo dos batimentos é imposto por essa diversidade de sons. (Medrado, nota de trabalho de campo, 31/05/2013)

A co-autora, Renata Souza, é estudante de doutorado na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Ela é também moradora da Maré. Nós nos conhecemos através de uma professora da UFRJ, já que eu havia ministrado uma palestra para os alunos de sua disciplina. Eu havia acabado de chegar ao Rio de Janeiro em maio de 2013 para minha pesquisa de campo e estava buscando companhias dispostas a me conduzirem por passeios sonoros em diversas áreas da cidade.

Renata se ofereceu para ser minha guia na Maré, oferta que prontamente aceitei. E, assim seguimos por nosso primeiro passeio, realizado no dia 29 de maio à noite. Ela seguia com confiança, enquanto eu seguia com passos meio desatados e com um gravador de áudio TASCAM DR-07 ligado na bolsa semi-aberta. Assim fomos nós: duas mulheres, uma negra, carioca da gema, e a outra branca, “baiana com cara de paulista”, como comentam alguns amigos do Rio de Janeiro. Sou de uma família de classe média, nascida em Salvador. Minhas primeiras incursões por favelas ocorreram em 2004, durante a pesquisa de mestrado. De lá para cá, apesar de ter morado muitos anos fora do Brasil, aconteceram muitas outras idas e vindas de e para favelas. Dessa forma, há muito tempo, as favelas deixaram de representar territórios estranhos, abrigando muitos conhecidos e alguns amigos queridos.

Já Renata nasceu em uma favela, na Maré. Para ela, o grande desafio tinha sido outro: ingressar em uma universidade. O primeiro contato havia sido em 1995, quando ela foi parar no hospital da UFRJ sentindo “fortes dores abdominais e náuseas” e com suspeita de ter contraído uma hepatite. Apesar das “agulhadas”, ela ficou com uma boa impressão da jovem equipe médica e daquele lugar de universitários que, apesar da proximidade geográfica –por estar localizado ao lado da Maré–, parecia tão distante de sua realidade (Souza, nota de trabalho de campo, 20/02/2015). No entanto, apesar das barreiras que a vida na favela impunha, após realizar um curso de pré-vestibular comunitário, em 2003, Renata conseguiu ingressar na Pontifícia Universidade Católica (PUC Rio), onde cursou jornalismo com uma bolsa de estudos. Depois disso realizou mestrado e, atualmente cursa o doutorado, ambos na UFRJ.

Essas breves biografias tiveram como objetivo explicitar nossos lugares de fala, situando também essas falas como relatos assumidamente subjetivos e posicionados, como acontece na tradição etnográfica. Como muitos autores apontam, na etnografia, o observador é parte integrante do objeto de estudo ou, para citar Laplantine, “nunca somos testemunhas objetivas observando objetos, somos sujeitos observando outros sujeitos” (1994, p. 169). Neste momento, faz-se necessário apresentar uma breve elucidação acerca dos passeios sonoros que conduzimos: o que seriam, afinal, tais passeios? E de que forma seriam distintos de passeios comuns por um dado território físico da cidade? Aqui vale, mais uma vez, convocar Raymond Schafer. Segundo ele:

O passeio sonoro é uma forma de exploração da paisagem sonora de uma determinada área usando-se uma partitura como guia. Essa partitura é constituída por um mapa que chama a atenção do ouvinte para os sons do ambiente que serão ouvidos no decorrer do passeio. Um passeio sonoro também pode incluir exercícios de treinamento auditivo. Por exemplo, a altura do som de diferentes caixas registradoras ou a duração de diferentes campainhas de telefone poderiam ser comparadas. (Schafer, 1997, p. 297)

Schafer desenvolveu um trabalho predominantemente voltado para a arte musical. No entanto, nada impede que esse trabalho seja adotado por outras áreas, como a da comunicação e estudos de mídia, como fazemos aqui, já que não possuímos formação em música. Dessa forma, realizar um passeio sonoro significa fazer uso de alguns elementos importantes: atenção permanente aos sons, concentração e curiosidade de investigação criativa em qualquer lugar que estejamos, seja na sala de aula, em casa, no campo ou nas ruas da Maré. No passeio realizado na Maré, nosso objetivo foi dar início à elaboração de um mapa sonoro de algumas de suas ruas. Com gravador ligado na bolsa e a pé, percorremos a Rua Teixeira Ribeiro, com toda a sua cacofonia, e seguimos para a Rua São Jorge, onde Renata Souza mora. Em seguida, caminhamos pela rua principal, que corta as comunidades Baixa do Sapateiro, Nova Holanda e Rubens Vaz. Depois, seguimos a Rua Sargento Silva Nunes para voltar à Avenida Brasil. Desta experiência específica, surgem alguns relatos etnográficos que integram este artigo.

De forma geral, porém, nosso trabalho de pesquisa é baseado em uma pesquisa de campo mais ampla constituída por:

- a) Outros passeios sonoros na Maré realizados pelas duas autoras em julho de 2013, aproximadamente um ano antes do Rio de Janeiro sediar a Copa do Mundo e, antes das forças militares ocuparem a favela, em abril de 2014, como parte do aparato da Segurança Pública para a realização do evento;
- b) Passeios sonoros em diversas outras áreas como o Centro do Rio de Janeiro, Copacabana, Aterro do Flamengo, Favela da Santa Marta e Favela da Providência durante dois períodos em 2013: de 25 de maio a 14 de junho e, de 15 a 31 de julho;
- c) 10 entrevistas em profundidade com ativistas, vendedores ambulantes e moradores de algumas áreas afetadas pelas obras dos dois megaeventos durante os mesmos períodos em 2013;
- d) Observações auto-etnográficas da co-autora acerca dos impactos destas transformações da cidade na cultura de rua da Maré, relatadas por meio de notas de trabalho de campo produzidas entre os anos de 2013 e 2015;
- e) A continuação da pesquisa de campo que continua a ser realizada e a utilizar os mesmos métodos, de forma a seguir documentando as transformações da cidade por meio dos sons até a realização das Olimpíadas Rio em 2016.

Embora o trabalho de campo seja mais amplo, para este artigo, optamos por nos concentrar em como as paisagens sonoras da Maré ecoam transformações e conflitos. Embora outras áreas da cidade sejam também mencionadas no texto, decidimos dar maior ênfase à Maré, já que isso irá nos proporcionar um maior detalhamento etnográfico, atendendo melhor aos objetivos deste dossiê. Gostaríamos de nos aprofundar nas transformações a que alguns espaços

físicos e simbólicos da Maré têm sido submetidos, argumentando que além dos elementos visuais, os elementos sonoros também adquirem uma fundamental importância para a vivência do fluir cotidiano.

Para concluir, gostaríamos de localizar nossa opção pelos passeios sonoros dentro do contexto de uma abordagem à qual Sarah Pink (2009) se refere como “etnografia sensorial”. Vale lembrar que, entre diferentes disciplinas, muitas vezes, não há consenso sobre o que constitui a forma mais adequada de realizar uma etnografia. Deste modo, não há uma maneira padrão ou universal de se fazer etnografia, o que leva a uma crescente fragmentação da pesquisa etnográfica (Atkinson, Delamont & Housley, 2007, p. 33). Isso fez com que etnógrafos buscassem desenvolver métodos inovadores para tornar possível a compreensão de experiências, valores e mundos sociais das pessoas. É esta busca por alternativas emergentes que define a etnografia sensorial. Como afirma Sarah Pink, a etnografia sensorial vem acompanhada de uma série de passos conceituais e práticos que permitem ao pesquisador repensar suas técnicas de participação e colaboração etnográficas em termos de percepção sensorial. Isso requer que o pesquisador adote uma postura autoconsciente e reflexiva de modo a estar atento aos sentidos em todos os processos de pesquisa, ou seja, durante as fases de planejamento, revisão, trabalho de campo, análise e representação de um projeto (Pink, 2009, p. 10, *tradução livre*).

4. O que é som e o que é ruído?

Nas seções anteriores, propomos uma vivência da cidade não apenas a partir de uma reflexão sobre suas imagens, mas também dedicando especial atenção ao sentido da audição. Uma das primeiras reflexões suscitadas pelos passeios sonoros na Maré foi sobre sua abundância de sons e ruídos. Mas quais seriam mesmo as distinções entre os dois? Em que momento um som se torna ruído? Em que momento paisagens sonoras ricas e diversas como as das favelas podem ser consideradas poluídas? David Hendy argumenta que o ruído é muito mais que um som fora de lugar ou algo inapropriado, irritante. Para ele, o ruído “é um som que alguém em algum lugar não quer que seja ouvido” (2013, p. viii-ix, *tradução livre*). Daqui surgem algumas importantes questões: quem pode e quem não pode fazer barulho? Quem pode e quem não pode ouvir? Quais vozes são e quais vozes não são ouvidas? Do ponto de vista histórico, sempre houve dimensões sociais, econômicas e políticas para essas dinâmicas. Tradicionalmente, como Hendy (2013) aponta, as elites sempre tendem a considerar os sons das classes trabalhadoras como “ruídos”. Ao se referir aos sons produzidos pelos imigrantes nos mercados populares e às reações de repulsa a ambos (sons e imigrantes) por parte das elites na Londres Vitoriana, o autor exemplifica essa tendência. Certamente, isso também se aplica à proibição da música e dos bailes *funk* nas

favelas do Rio de Janeiro, já que este gênero é, muitas vezes, tratado como mero ruído por algumas das elites no país.

Inspiradas por estes questionamentos e pelos sons da Maré, eu e Renata tivemos longas conversas sobre o que significava e, quais eram as implicações negativas e positivas de se viver uma “vida barulhenta” na favela, já que as pessoas são frequentemente confrontadas com os sons dos vizinhos. Nessas ocasiões, a co-autora descrevia com riqueza de detalhes as comemorações de suas festas de aniversário na Maré, que sempre aconteciam, literalmente, na rua. Nos finais de semana, isso se torna mais perceptível na medida em que as ruas transformam-se, ainda mais, numa extensão das casas das pessoas. Como relata a co-autora, piscinas de diferentes cores, tamanhos e profundidades são montadas em frente às casas, ou seja, no meio da rua, para que famílias inteiras possam se refrescar, sob temperaturas que chegam aos 40 graus Celsius. As calçadas são tomadas por cadeiras, banquetas e outros suportes que servem para que as pessoas possam sentar-se, bater um papo, beber algumas cervejas ou fazer suas refeições ao ar livre. Em comemorações familiares mais refinadas, como festas de 15 anos, a rua vira palco para a montagem de mesas e decorações festivas. Caixas de som são erguidas, por vezes formando paredões, com DJ’s que comandam a festa com músicas em volume elevado que buscam atender a todos os gostos e idades (Souza, nota de trabalho de campo, 02/03/2015).

Dessa forma, podemos concluir que a indefinição entre a casa e a rua, o privado e o público, constitui uma forte característica da vida cotidiana na Maré. Ela se manifesta através dos sons dos alto-falantes, das crianças brincando, das conversas e brigas dos vizinhos. Além disso, é possível observar, a partir do cotidiano da Maré, que é na rua que são compartilhados os prazeres e os males, os afetos e os desafetos comuns. Assim, a plena harmonia não é uma constante, já que a vida comunitária também preserva o conflito. O som alto, sem hora para iniciar ou terminar, e o fechamento das ruas sem aviso prévio são causas de incontáveis desentendimentos entre vizinhos. A lei do silêncio é uma mera formalidade para os padrões de comportamento das pessoas que utilizam o som alto do fim de semana como único meio para a diversão comunitária. George Steiner (1992) nos lembra de que a sonoridade é um terreno imediatamente comum, por isso, tão conflituoso.

Assim, as paisagens sonoras nos revelam que a rua configura-se como o espaço mais adequado para trocas reais e simbólicas, permitindo que os moradores compartilhem suas rotinas, discutam questões, comemorem ocasiões especiais ou apenas ordinárias, conheçam melhor uns aos outros. É também a rua que permite que as pessoas aprofundem seus sentimentos de pertencimento a essa comunidade. Aqui, evocamos brevemente uma discussão de Raquel Paiva (2003) sobre o conceito de comunidade. Ao considerar a comunidade como o antiético de sociedade, Ferdinand Tönnies foi apontado por Paiva como o principal responsável por formular a conceituação mais acabada do termo. Isto se explica pelo fato de, diferentemente da comunidade em que se prioriza o

bem comum, o que prevalece na sociedade são os interesses individualizados. Tönnies avalia que a linguagem é a principal ferramenta para a afeição entre esses indivíduos que se mantêm em solidariedade mútua. No entanto, isso não é sinônimo de um sentimento de constante harmonia. Assim, o que o cotidiano na Maré nos faz perceber é que a rua representa um ponto de encontro onde pessoas compartilham afetos e desafetos, já que a comunidade também traz o conflito em sua essência. É também nas ruas que os sentimentos de vínculo comunitário ecoam, embora venham acompanhados de grande complexidade.

5. A Maré em contexto de preparação para os megaeventos: opressão sonora

As observações etnográficas acerca da “salada sonora” da Maré foram realizadas predominantemente em 2013, quando a Maré ainda não tinha sido ocupada pelas forças militares, o que ocorreu em abril de 2014. Segundo a Secretaria de Segurança Pública, esta operação contou com 1.180 policiais militares, que ocuparam 15 comunidades da Maré. A região é considerada estratégica por estar localizada entre as Linhas Vermelha e Amarela, Avenida Brasil –principais vias expressas da cidade– e o Aeroporto Internacional Antônio Carlos Jobim. A ocupação militar faz parte de uma estratégia de “segurança” mais ampla do poder público, com uma série de intervenções implementadas com o objetivo de “organizar”, ou como alguns críticos apontam, controlar os espaços de favelas na cidade.

Tais intervenções intensificaram-se de forma significativa nos anos anteriores à Copa do Mundo de 2014. Desde 2008, ano de instalação da primeira UPP, 38 UPPs foram estabelecidas em favelas, ocupadas por mais de 9.500 policiais (UPP, Governo do Rio de Janeiro, 2016). Em seus primeiros anos, o programa de pacificação foi altamente elogiado pela grande mídia, que defendia sua contribuição para a melhoria da segurança pública, especialmente nos bairros de classe alta da Zona Sul da cidade. No entanto, desde 2013, a confiança no programa vem sendo seriamente abalada por alegações de violações dos direitos humanos cometidas por policiais.

Muitos críticos condenam o fato do Estado se fazer presente na favela com efetividade apenas quando precisa demonstrar sua força militarizada. Ainda mais com a presença sistemática de tanques de guerra e barricadas militares nas principais ruas da Maré. Em plena democracia, barricadas militares deixaram a Maré em estado de exceção, durante os meses de abril de 2014 a julho de 2015, quando as forças militares começaram a se retirar para dar lugar à instalação de uma UP P. Em 2014, também foi instituído na Maré o regime de Garantia da Lei e da Ordem (GLO) em que civis considerados perturbadores da lei e a ordem são levados à Justiça Militar.

Assim, uma das primeiras iniciativas do Estado Militar foi a proibição do baile *funk* que ocorria todos os sábados na Rua Teixeira Ribeiro. Logo em

seguida, instituíram o “Nada Opor” –utilizado em outras favelas com UPPs–, documento que estabelece uma série de regras para a realização de atividades culturais na favela, incluindo até festividades particulares. Dentre os requisitos para a realização de uma festa particular, por exemplo, está o pedido de autorização formal aos militares com a data e caráter do evento, além de horários para o início e término da atividade. Geralmente, em qualquer outro espaço da cidade o que se faz para se utilizar um espaço público é o envio de um comunicado à Prefeitura ou à Secretaria de Cultura. Mas, na favela, o Estado legaliza a ilegalidade sem qualquer diálogo com a população.

Um incidente relatado pela co-autora exemplifica a maneira em que intervenções de caráter arbitrário são realizadas na favela. Respeitando as regras militares, sua prima havia ido até à Associação de Moradores, que fazia a mediação entre o Comando Militar e os moradores, para registrar, com a devida antecedência, o pedido de autorização para realizar a festa de um ano de seu filho José em frente à sua casa. Como já ressaltamos, uma das dinâmicas comunitárias nas favelas é a utilização da rua, espaço público, como um espaço privado. Muitas festas particulares são realizadas nas ruas, em frente à casa do anfitrião da atividade porque, muitas vezes, além da casa ser pequena, o espaço da laje, ou terraço, já pode ter sido ocupado para moradia (Souza, nota de trabalho de campo, 10/10/2015).

Com o pedido feito com antecedência e o documento em mãos, a festa do pequeno José encheu a rua de pessoas que dançavam embaladas ao som de muito *funk* e um pouco de música infantil. Assim, não tardou muito, os militares passaram com cerca de 20 homens fortemente armados com fuzis no meio da festa infantil e perguntaram quem era o promotor da atividade. prontamente, a prima da coautora apresentou o documento de autorização. Eles pediram para baixar o som e seguiram em frente com fuzis em punho no meio de dezenas de crianças. No entanto, se esta abordagem militar já pode ser percebida como agressiva, o que ocorreu em outra festa, realizada duas semanas após o aniversário de José, foi muito mais grave. Em sua ronda noturna, os soldados chegaram e exigiram o documento de autorização. Diante do vizinho, que desconhecia a necessidade de uma autorização formal, os militares ordenaram imediatamente o fim da festa. Ao tentar argumentar que baixaria o som e terminaria a festa mais cedo, o vizinho foi surpreendido com a ação violenta dos militares que destruíram suas caixas de som. Os convidados reagiram na defesa do vizinho, mas já não havia qualquer possibilidade de diálogo e a rua tornou-se uma praça de guerra. De um lado, os militares lançavam bombas de gás lacrimogênio, *spray* de pimenta e tiros para o alto, e de outro, os moradores respondiam com garrafas de vidro, paus e pedras. Pessoas corriam desesperadas sem destino para buscar proteção na casa dos vizinhos, outros se espremiavam buscando proteção atrás das paredes das casas, crianças choravam, enquanto pais saíam em busca de seus filhos pequenos. Um cenário bárbaro de pânico e horror (Souza, nota de trabalho de campo, 10/10/2015).

Aqui é interessante observar que o autoritarismo da ocupação militar na favela se manifesta, precisamente, através da supressão de sons. Ao reduzir o volume e silenciar os sons da vida cotidiana, sons estes inerentes às dinâmicas sociais e culturais da Maré, os militares encontraram uma maneira de marcar sua presença e estabelecer sua autoridade.

6. Considerações finais

As cidades brasileiras vêm passando por marcadas transformações em suas paisagens urbanas. Muitas podem ser associadas com o posicionamento do país como potência emergente, como ocorre com seu pertencimento ao bloco BRICS². A realização de dois megaeventos no país, a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas Rio 2016, em um curto espaço de tempo também tem sido tratada como oportunidade para a implementação de novos projetos de urbanização e uso das cidades. Diante desse cenário de reconfigurações urbanas, sociais e culturais, faz-se necessário compreender as vivências dessas cidades não apenas por meio das imagens que se produz delas, mas também por meio de seus sons e ruídos. Como podemos ouvir essas cidades? Falar sobre elas? Como podemos ser ouvidos como sujeitos ativos e não apenas passivos diante de tais mudanças?

Os estudos do som e de cultura auditiva nos apontam alguns caminhos frutíferos para abordar estas questões. Para começar, podemos nos desprender da ideia de que a visão seja o sentido dominante, superior, ampliando nossa percepção no que diz respeito às maneiras em que as pessoas se relacionam entre si, com as culturas em que estão imersas, assim como com outras culturas, por meio dos sons e da audição. Entretanto, tais perspectivas teóricas não deixam de, por vezes, revelar, talvez até de forma inconsciente, certa rejeição elitista aos sons urbanos. Aqui, não pretendemos romantizar a poluição sonora, nem tratar de forma determinista e reducionista as dimensões sociais, econômicas e políticas que vêm atreladas às conotações atribuídas ao som alto e aos gêneros musicais populares. Em outras palavras, não queremos localizar a favela na cidade como o lugar do “barulho”, onde só se ouve ritmos populares como *funk* e pagode, até porque temos plena consciência da imensa heterogeneidade social e cultural que existe entre as favelas e, principalmente, dentro de uma mesma favela. No entanto, não podemos ignorar que as configurações físicas de muitas favelas, com casas muito próximas umas das outras e, paredes porosas, acabam dando origem a “salada sonoras”, onde os sons das ruas invadem as casas e vice-versa. O que queremos argumentar é que, muitas vezes, os sons e até mesmo os ruídos podem ter conotações positivas. Além da “alegria de viver” destacada por

2 Brasil, Rússia, Índia, China, embora muitos críticos apontem que tais países não possuem elementos em comum o suficiente para justificar tal associação.

Durán (2008) ao falar das cidades latino-americanas, esses sons também podem ecoar desenvolvimento, evolução, vínculo comunitário (Paiva, 2003).

Por esta razão, é muito significativo que, num contexto de preparação para as Olimpíadas Rio 2016, a militarização da vida cotidiana na favela da Maré se expresse de forma tão incisiva, com todo seu autoritarismo, na supressão de sons e no calar de vozes. Fica claro que os sons se tornam ruídos (Hendy, 2013) quando são produzidos por moradores de áreas marginalizadas como a Maré. Esses são os ecos de desigualdade que se propagam na favela da Maré: o não poder gritar, nem falar, não poder fazer barulho, nem ser ouvido.

Referências bibliográficas

- Atkinson, P.; Delamont, S. & Housley, W. (2007). *Contours of culture: Complex ethnography and the ethnography of complexity*. Lanham, MD: Altamira Press.
- Bull, M. & Back, L. (eds.) (2003). *The Auditory culture reader*. Oxford: Berg.
- Carpes, G. (2013, 13 julho). *RJ: Favelas pacificadas espantam bailes funk e atraem playboys*. Recuperado de <http://goo.gl/eUXIz>.
- Durán, M.A. (2008). *La Ciudad compartida: Conocimiento, afecto y uso*. Santiago: Ediciones Sur.
- Erlmann, V. (ed) (2004). *Hearing cultures: Essays on sound, listening and modernity*. Oxford: Berg.
- Hendy, D. (2013). *Noise: A Human History of Sound and Listening*. London: Profile Books.
- Hilmes, M. (2005). Is there a field called sound studies? And does it matter? *American Quarterly*, 57(1), 249-259.
- Husband, C. (2009). Between listening and understanding, *Continuum: Journal of Media & Cultural Studies*, 23(4), 441-443. Recuperado de <http://goo.gl/h59GLR>.
- Laplantine, F. (1994). *Aprender antropologia*. São Paulo: Brasiliense.
- Paiva, R. (2003). *O Espírito comum: Comunidade, mídia e globalismo*. Rio de Janeiro: Editora Mauad.
- Pink, S. (2009). *Doing Sensory Ethnography*. London: Sage.
- Poynter, G. & MacRury, I. (Eds) (2009). *Olympic Cities: 2012 and the Remaking of London*. London: Aldershot Ashgate Publishing.
- Redes de Desenvolvimento da Maré, Observatório de Favelas (2011, fevereiro-março). *Os Muros do Invisível: Uma Pesquisa sobre a Ação/Discurso Governamental e a Percepção dos Moradores das Favelas no Cenário dos Megaeventos no Rio de Janeiro*. Recuperado de <http://goo.gl/RwHbWF>.
- Schafer, R.M. (1997). *A afinação do mundo: Uma exploração pioneira pela história passada e pelo atual estado do mais negligenciado aspecto do nosso ambiente: a paisagem sonora*. São Paulo: Editora UNESP.
- Sparkes, A. (2002). Autoethnography: self-indulgence or something else? Em Bochner, A. & Ellis, C. (Eds.), *Ethnographically Speaking: Autoethnography,*

- Literature and Aesthetics*. Lanham: MD, Altamira Press.
- Steiner, G. (1992). *No Castelo do Barba Azul – algumas notas para a redefinição da cultura*. Lisboa: Relógio D'Água.
- UPP Governo do Rio de Janeiro (2016). O que é? (sem data) Recuperado de www.upprj.com/index.php/o_que_e_upp. Acesso em 18 de abril 2016.
- Valente, J. L. (2014). UPPs: Observações Sobre a Gestão Militarizada de Territórios Desiguais. *Revista Direito e Práxis* 5(9), 207-225. Recuperado de <http://goo.gl/XMRH7g>.